

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

F
26-F
4-A

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 55

Aos dezoito dias do mês de Julho do ano de mil novecentos e noventa e seis, nesta cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na sessão ordinária do mês de Junho, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais António de Sousa Dinis Correia e José Alberto Martins de Carvalho, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, sendo este último em substituição do titular eleito e com a presença dos Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, Jorge Manuel do Nascimento, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Vítor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Assinado
Assinado
Assinado

Pelas 18,00 Horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Élio Manuel Delgado da Maia, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Joaquim dos Santos Abreu, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Libério da Silva Santos.

Seguidamente o Sr. Presidente da Mesa, deu nota dos pedidos de justificação de faltas apresentados pelos Vogais, Joaquim dos Santos Abreu, António de Sousa Dinis Correia, Nuno Teixeira Lopes Tavares, João Tavares Duarte, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, José Alberto Martins de Carvalho, Virgínia Celeste da Silva Veiga, José Maria Dias da Silva, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão, António Manuel dos Santos Salavessa, Gonçalo Nuno Caetano Alves, João Ferreira da Peixinha, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Manuel da Silva Santos e Libério da Silva Santos, os quais foram aceites e consideradas justificadas as respectivas faltas.

Imediatamente a seguir o Sr. Presidente leu a ordem de trabalhos da Sessão ordinária do mês de Junho, cujos pontos a seguir se transcrevem:

1- COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL;

2 - FUNCIONALISMO MUNICIPAL - ATRIBUIÇÃO DE MENÇÃO DE MÉRITO EXCEPCIONAL;

3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PROJECTO DE REESTRUTURAÇÃO;

4 - PROJECTO DE REGULAMENTO DE TAXAS EM LICENCIAMENTO DE OBRAS PARTICULARES;

5 - PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DOS SISTEMAS PÚBLICOS E PREDIAIS DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA E DE DRENAGEM DE ÁGUAS RESIDUAIS;

6 - AQUISIÇÃO DE BENS - TERRENO DESTINADO AO TIF;

7 - SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO LITORAL CENTRO - INFORMAÇÃO;

[Handwritten signatures]

8 - SISTEMA MULTIMUNICIPAL DE RECOLHA, TRATAMENTO
E REJEIÇÃO DE EFLUENTES DOS MUNICÍPIOS DA RIA - INFORMAÇÃO;
9 - CENTRO DE SAÚDE DE ESGUEIRA - LOCALIZAÇÃO.

Continuando no uso da palavra deu conhecimento à Assembleia, da correspondência recebida, informando que a mesma se encontra à disposição dos Srs. Deputados Municipais para consulta no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal. Também deu conhecimento de uma carta enviada à Mesa pelo Vogal, José Arménio Sequeira Pereira, na qual solicita a suspensão do seu mandato como membro deste órgão, até ao dia vinte de Outubro do ano em curso. Posto o assunto à consideração do plenário, este não levantou qualquer objecção.

Seguidamente informou que de acordo com o Artº 60º do Regimento da Assembleia Municipal, irá usar da palavra o Sr. Deputado da Assembleia da República, Afonso Candal, para fazer uma intervenção subordinada ao tema: "Regionalização".

Posto isto, submeteu à discussão e votação as seguintes Actas:

ACTA Nº 45 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e três votos a favor e cinco abstenções.

ACTA Nº 46 - Submetida à discussão não se registaram intervenções. Posta à votação veio a mesma a merecer aprovação por vinte e seis votos a favor e duas abstenções.

Imediatamente a seguir e de acordo com o Regimento deste órgão o Sr. Presidente da Mesa declarou aberto o período dedicado ao público:

Neste momento deram entrada na sala os Vogais João Peixinha, Vitor Martins e Pedro Dias.

PERÍODO ABERTO AO PÚBLICO

Deputado, Afonso Candal:

"É com muito gosto que me dirijo a V. Ex.as., enquanto munícipe Aveirense, para abordar uma questão que considero de máxima importância para o futuro do Concelho: a Regionalização.

A Assembleia Municipal, e V. Ex.as. a título individual, terão certamente palavra decisiva sobre esta matéria enquanto legítimos representantes do Povo de Aveiro. Assim, julguei por bem trazer a esta Assembleia aquilo que são as minhas expectativas e convicções sobre uma das temáticas mais discutidas

por todo o País (ainda que infelizmente mais discutida não queira dizer profundamente, ou mesmo seriamente, discutida).

Permitam-me que passe ao essencial da minha intervenção pois o tempo de que disponho é bastante curto quando comparado com a complexidade do assunto.

No meu entender, de regionalista convicto, este processo ajudará a solucionar, entre outros, dois problemas fundamentais.

Um dos problemas a que me refiro incide na tomada de decisões supra-municipais. Por exemplo, se a Administração Central solicitasse uma opinião à Assembleia Municipal de Aveiro sobre a localização de uma Escola a construir que servisse os concelhos de, por exemplo, Aveiro, Ílhavo e Vagos, qual seria a resposta de V.s.Exas.? E quais seriam as respostas das Assembleias Municipais dos outros dois concelhos igualmente envolvidos? E já agora, qual seria a resposta de V.s. Exas. e das outras Assembleias Municipais se em causa não estivesse uma Escola mas sim um aterro para resíduos urbanos?

Dir-me-ão alguns que as Comissões Coordenadoras Regionais (CCR's) têm como competência sua, entre outras, julgar sobre estas situações com uma base técnica sólida, o que permite atingir as melhores soluções possíveis.

Pois quem assim pensar, e para que eu lhe possa reconhecer a razão, terá que me enunciar quais as justificações técnicas que suportam:

- . O Centro Náutico em Coimbra e não em Aveiro,
- . A Direcção Regional da Segurança Social em Coimbra e não em Aveiro,
- . O Centro de Investigação de Cerâmica e Vidro em Coimbra e não em Aveiro, etc., etc...

Se as há (razões técnicas), terão então, necessariamente, de concordar com as soluções adoptadas. Se não existem têm obrigação de apontar responsabilidades.

Mas apontar responsabilidades a quem?...

Considero pois fundamental que exista um poder decisório regional, democraticamente legitimado, e que responda pelos seus actos perante os que o elegeram.

Elejam-se os órgãos regionais e participe-se nas reuniões da Assembleia Regional.

Haja pois clareza e participação também a este nível da Democracia.

[Handwritten signatures]

Passemos pois ao segundo problema, e para o ilustrar, permitam-me que lhes sugira uma rápida reflexão. Contabilizem Vs. Exas., pessoas atentas, informadas e conhecedoras, e sabendo que Distritos do Litoral (com fronteira marítima) são 10 com 150 concelhos e do interior 8, com 125 concelhos, quantos Presidentes de Câmara do interior, conhecem pelo nome. Em seguida sugiro que façam o mesmo exercício para os do litoral.

Assim, e prevendo os resultados da reflexão de V.Exas., podemos concluir que o interior do País não tem voz, é mudo.

Considerando que as populações do interior são aquelas que vivem com as maiores e mais profundas carências e que autarcas competentes, interessados e responsáveis também os há nesses concelhos, porque é que quando defendem os interesses dos seus, quando falam, quando reivindicam, quando gritam, o País não os ouve? Algo está mal. A Democracia não tem funcionado para todos.

E será que apenas as zonas do interior sofrem este problema? Não haverá outros Distritos e Concelhos, que tendo vistas para o Mar também sentem que ninguém os ouve? O que pensa Aveiro e a sua Assembleia Municipal sobre isto?

É pois, no meu entender, necessário criar "palcos" e dar voz a todas as zonas do País, é necessário potenciar o aparecimento de protagonistas em todas as zonas do País, é necessário regionalizar o País.

Há em Aveiro, e no tocante às diferentes posições partidárias quanto à Regionalização e segundo a minha leitura, um curioso paradoxo. É que quem teria legitimidade para estar contra a Regionalização está a favor e quem não a tem está contra.

Concretizando:

. O PPD/PSD que foi Governo neste País entre 1985 e 1995, que há muito que tem maioria de votos no Distrito e em alguns actos eleitorais também no Concelho de Aveiro,

. O CDS/PP que detém no Distrito de Aveiro quase metade das Câmaras que detém no todo do País e que desde que há Eleições Autárquicas tem maioria absoluta na Câmara de Aveiro,

Das três, uma: ou consideram que a actual situação do Concelho e do Distrito é a ideal e aquela porque sempre lutaram (o que sinceramente não me parece), ou assumem a sua impotência no alterar deste estado de coisas e depositam uma confiança cega do Partido Socialista e no seu Governo, ou, pura e

simplesmente, apenas seguem a posição oficial dos seus respectivos partidos sem olhar ao interesse, aspirações e ao futuro das populações que legitimamente representam.

Por outro lado o PCP (ou a CDU) e especialmente o PS consideram necessária a existência de um outro instrumento para o aperfeiçoamento da nossa Democracia; considera o PS e consideraram todos os Partidos que aprovaram a Constituição da República Portuguesa quando definiram três níveis de poder local: as freguesias, os municípios e as regiões. Acontece que o PS não tem qualquer responsabilidade institucional no constante desfavorecimento do nosso Distrito e do nosso Concelho e ainda assim não imputa totalmente a culpa ao CDS/PP e ao PPD/PSD, visto julgar ser o problema mais complexo e assim exigir medidas estruturais ou estruturantes de uma Democracia mais participada e que impulsione um desenvolvimento o mais equilibrado possível de todo o País, mas só não imputa a totalidade dessa culpa ao CDS-PP e ao PPD-PSD se estes se mostrarem disponíveis para alterar o actual quadro de equilíbrio de poderes.

É de facto curioso este paradoxo, tanto mais quando, os anti-regionalistas, em vez de discutirem com profundidade as virtudes e as incertezas (que também as há) da Regionalização, se prendem a fantasmas que urge afastar. A saber:

Regionalizar é caro e os custos de funcionamento das Regiões são muito elevados.

Por redução ao absurdo poder-se-ia responder que também instituir os órgãos autárquicos actualmente existentes, e democraticamente eleitos, (os executivos camarários, as assembleias municipais, as juntas de freguesia e as assembleias de freguesia) também foi caro, continuam a ser caros e espero sinceramente que venham a ser mais caros ainda, ou seja que cada vez disponham de mais verbas pois a sua gestão a este nível do poder democrático tem-se saldado por consecutivos sucessos. Por outro lado há diversos órgãos que deixam de existir como os Governos Cívicos e vários serviços desconcentrados nos Distritos.

As regiões podem-se tornar máquinas pesadas e burocratizadas.

Nos projectos que estão em discussão na Assembleia da República a formatação das regiões, dos seus órgãos e competências é até bastante leve. Não quer isto dizer que se as Regiões provarem que conseguem gerir melhor mais meios e competências, que este quadro não venha a ser alterado. Também os

municípios de 1975 não tinham tantas competências e meios como têm hoje, no entanto deram provas e reivindicam ainda mais, e bem!...

As regiões vêm aumentar as clientelas e a corrupção.

As clientelas e a corrupção ao nível autárquico estão essencialmente ligadas à abertura de concursos públicos e adjudicação de obras. Acontece que as Regiões não terão estas competências. Com base no princípio da subsidiariedade as obras de grande envergadura terão os seus concursos abertos e as suas obras adjudicados pela Administração Central (que já o fazem) e as obras mais pequenas terão os seus concursos abertos e as suas obras adjudicadas pelas Câmaras Municipais (que também já o fazem).

Muitas incertezas existem, mas também é certo que este tipo de questões são apenas referidas como forma de fugir ao essencial da questão: a Regionalização trás ou não trás vantagens para o País e para as populações?

A minha conclusão é clara e convicta: sou a favor da Regionalização, para bem do Concelho de Aveiro sejam V.s. Exas. também."

Imediatamente a seguir entrou-se no período de antes da ordem do dia:

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

Vogal Vitor Mangerão:

"Nunca quereria intervir nesta Assembleia especificamente levado pelo desejo de comentar a intervenção de alguém do público, concretamente alguém do público que interveio hoje aqui nos termos em que o fez, porque isso seria aceitar discutir em momento inadequado, em circunstâncias impróprias e fora de qualquer oportunidade até em termos políticos, e mais, seria aceitar jogar um jogo menos transparente quanto a mim, em termos políticos, se eu assumisse a réplica tal e qual ao discurso anteriormente proferido. Assim, será apenas uma referência "ad hoc" com a importância exacta que tem.

Vou dizer que me desagorou profundamente que um Deputado do Partido Socialista, invocando a sua qualidade de mero munícipe viesse aqui fazer um discurso pura e simplesmente político sobre aquilo que obviamente é considerado um assunto de interesse colectivo, e, o que eu teria gostado é que a explicitação desse tema fosse feito de tal maneira à Mesa, que a Mesa não fosse

Luís Sáez
Luís Sáez

induzida a pensar que vir um Sr. munícipe, que por acaso é Deputado do Partido Socialista (ou fosse Deputado de outro Partido qualquer, não é isso que está em causa), viesse um munícipe aqui tratar sobre regionalização e se fosse um assunto de interesse geral para a colectividade, para o município, nos termos em que essa expressão está no Regimento; eu lastimo isso e porquê? porque, aliás, o discurso veio comprovar a minha suspeição de início, acabou por aditar muito pouco, como não podia deixar de ser sobre a problemática da Regionalização, complexa como ela é, vasta como é, divergente de opiniões e perspectivas como ela é, como tem sido, e acabou por demonstrar o paradoxo dos Partidos chamados da oposição e foi nisso que se esgotou a maior parte do tempo de dez minutos que lhe foram dados. Ora bem, isto é um discurso político, mais do que isso, é um discurso partidário, mais do que isso, acho uma forma pouco elegante na sua possível boa fé, de aproveitar o pequeno palco local para fazer a intervenção em nome da sua posição partidária, que aliás ficou tão pouco explicitada que realmente não sei se aproveitou a alguém para perceber qual a posição do Partido Socialista sobre o assunto.

Como até no sábado passado, por coincidência, e é isso que ainda me faz lastimar mais este pequeno incidente, por coincidente houve aquilo que foi considerado o momento mais alto da discussão sobre a regionalização, pelo menos até ao momento neste distrito, entre quem tem a legitimidade e responsabilidade de discutir, que foram os elementos das Assembleias Municipais, e as conclusões a que se chegou não foram de forma alguma conclusões conclusivas, porque obviamente há divisões, há divergências e há uma falta de aprofundamento das questões que só o tempo trará, há as clivagens naturais dos bairrismos e dos interesses locais, tão importantes ou mais importantes que as clivagens dos Partidos. Depois daquilo que se passou no sábado passado, virmos hoje aqui ouvir uma intervenção peremptória do Sr. munícipe a dar uma pequenina lição sobre aquilo que é a sua concepção de regionalização, peço desculpa mas eu a isso não respondo, o que eu disse realmente não é uma resposta, não é uma réplica, se fosse teria sido completamente diferente, é apenas uma passagem para dizer assim: agradeço muito ao Sr. munícipe que aqui veio, mas ele que arranje um encontro de Deputados da Assembleia da República ou Deputados das Assembleias Municipais, sem hora marcada e vamos discutir toda a problemática da regionalização, aqui ou em qualquer outro sítio, assim, encontramos-nos outra vez; aqui neste sítio nesta Assembleia não aceito encontros

deste género, portanto para mim aquela intervenção não fica em acta e o povo de Aveiro não aproveitou nada com ela.

Vogal Vitor Mangerão, abordando seguidamente outro assunto:

Queria colocar à Câmara três questões concretas: primeiro a situação da sociedade Transria; preocupa-me profundamente a mim e a outras pessoas a indefinição tanto no aspecto jurídico que existe, como no aspecto económico-financeiro, que existam situações menos claras e possivelmente de efeitos gravosos para a Câmara Municipal, como ainda na situação técnica, há aspectos de funcionamento da Transria que não correspondem àquilo que a lei exige possivelmente com possíveis problemas também para a Câmara; não vou avançar em pormenores, estou convencido que a Câmara, ou pelos menos alguns elementos da Câmara estarão suficientemente dentro do assunto como não poderá deixar de ser, julgo também que a Câmara tem andado com grandes dificuldades em gerir este problema e encontrar uma solução cabal e global para ele; mas é o momento desta questão ser agarrada como deve ser, ser clarificada, ser assumida e se fôr possível responsabilizar também esta Assembleia por discutir o assunto abertamente até que se encontre uma solução para ele, sob pena disto qualquer dia dar um grande sarilho.

Segunda questão: li nos jornais que a situação do TIR/TIF foi o tema à volta do qual a própria Câmara Municipal de Aveiro andou envolvida com aspectos menos agradáveis nalguns momentos. Parece que em termos jurídicos a sociedade do TIR/TIF conseguiu a solução da viabilização, é uma empresa em vias de viabilização, por um período de dez anos tentará resgatar os seus compromissos, etc., ao fim de dez anos logo se vê se vai à falência ou não, ou antes do dez anos, enfim se as coisas correrem mal. Põe-se o problema do destino a dar aqueles terrenos, àquelas instalações; eu li no jornal, por declarações não da Câmara Municipal, mas de um elemento da administração do próprio TIR/TIF, que a viabilidade passará pelas soluções que se encontrar para as instalações e para os terrenos, concretamente em relação aos terrenos, se a Câmara Municipal assumir que lá fique instalado o chamado Mercado Abastecedor. E termina a notícia dizendo que isso quase de certeza que vai ser assim na medida em que existem já compromissos tanto da chamada Associação dos Comerciantes do Mercado Abastecedor, como da própria Câmara Municipal. Sobre isto, apenas uma pequena reflexão: não tenho nada em princípio contra a colocação do Mercado Abastecedor naquele local; penso é que, neste momento,

com Planos de Pormenor, com Planos Estratégicos, uma grande infraestrutura como o Mercado Abastecedor, não pode ser colocada geograficamente no sítio onde fôr melhor para resolver certa situação, onde os preços eventualmente sejam mais adequados ou outras contrapartidas... tem que ser no sítio onde fôr efectivamente melhor, dentro do possível e dentro do concelho, onde fôr efectivamente melhor ser colocado o Mercado Abastecedor. É este o primeiro aviso à Câmara, porque nada se fará sem vir à Assembleia Municipal e não vamos protelar para depois, coisas que podem ser ditas antecipadamente enquanto o processo está em curso.

Segundo aspecto: por aquilo que eu li no jornal, o estudo sobre a implantação disto tudo, está a ser feito pela própria empresa. Julgo que é extremamente delicado, mais uma vez estar a Câmara Municipal, numa infraestrutura com esta importância não só em si mesma, mas pelas suas envolvências, inclusivé de tráfego, de acessos por exemplo, estar a Câmara Municipal pendurada de um estudo que o privado, o interessado directo em resolver o seu problema, irá apresentar, acho isto um aspecto a ser tomado em consideração, em nome da boa prudência e da sabedoria de outras chatices que a Câmara já teve.

Terceiro aspecto, a questão dos compromissos: que raio de compromissos é que já há ou quem é que se pode permitir publicamente, e dizer que há compromissos da Câmara; eu pensava que havia apenas boa vontade da Câmara, como há para qualquer outra entidade, para qualquer outra situação que possa ocorrer dentro do concelho, agora compromissos? lembro-me de uma situação de compromissos que haveria no mandato anterior, herdados do mandato anterior ou da gestão anterior da Câmara e que levantaram muito sarilho e que eu nem quero falar mais neles, não me venham agora reacordar compromissos dos velhos tempos ou dizer que já há compromissos novos; que fique bem claro se há compromissos ou não há...? e quanto a isto também me fico por aqui.

Agora, uma questão minúscula que pode ter uma repercussão enorme; em relação ao projecto do Cojo, o projecto do Cojo é um projecto piloto em vários aspectos: pela sua dimensão, pela sua inovação, mas eu diria mais, sobretudo pelo seu processo de decisão. Acho que foi o motivo próximo para que em termos institucionais, Assembleia Municipal, Câmara Municipal e outras forças, outras entidades, se vissem obrigadas a criar regras e a decidir de uma forma diferente do que era habitual. Acho que foi um processo que acabou de uma

forma feliz, que nos honra a todos, o concurso foi claro e transparente, foi adjudicado, é desejo de Aveiro obviamente, como é da Câmara Municipal, como é de todos nós, que aquele terreno deixe de ser o que sempre foi e passe a ser um terreno habitado por uma estrutura arquitectónica e humana que realmente nos orgulhe a todos e que tape aquele buraco famigerado no centro da cidade. Simplesmente, parece que pairam ameaças no ar de que há impasses para o arranque da obra, que não têm nada a ver com os promotores da obra, mas com uma entidade ligada ao ambiente. Tem a Câmara alguma informação de que a CCRC está com problemas quanto às questões de impacto ambiental, problemas esses levantados pela própria entidade de Lisboa? tem a Câmara noção de que não pode ficar apenas de braços caídos à espera do indeferimento de um parecer meramente técnico, eventualmente de uns técnicos que nem sequer saem de Lisboa para virem até aqui ver como é que as coisas são, que não estão dentro do historial de um projecto destes, do que ele implica em termos de cidade, em termos de concelho, em termos políticos para todos nós, do consenso que se gerou à volta deste projecto? concretamente gostava que a Câmara me dissesse se sabe de alguma coisa ou não sabe de nada quanto a esta resistência do ambiente em relação ao arranque, ao deferimento final do início das obras do Cojo.

A propósito disto, queria referir também uma outra coisa: qualquer que seja o dia e a época do ano em que as obras arranquem, a imobilização de todo aquele vasto espaço vai prejudicar o problema do estacionamento desta cidade, pergunto a alternativa ao estacionamento são os tais silos? são os resultados do tal estudo que está encomendado não sei onde? são parques a fazer não sei onde? ou a Câmara muito humilde e eficazmente está a tratar de fazer efectivamente parques alternativos imediatos, mesmo que menos bons, mas imediatos, suficientes, por agora é tudo."

Vogal António Salavessa:

"Relativamente ao forum das Assembleias Municipais sobre regionalização, acho que foi uma acção de bastante interesse quanto ao seu conteúdo, mas que deu uma imagem muito fraca em relação ao empenhamento das Assembleias Municipais deste distrito na questão da regionalização. Do ponto de vista quantitativo, nunca acreditei que esta reunião tivesse um sucesso estrondoso; conheço relativamente bem o distrito, conheço a maneira de pensar, tendências que existem dentro do distrito, conheço as forças centrífugas que existem, daí que admiti que a participação nunca fosse extraordinária. Não acreditar, não significa menor empenho, e penso que enquanto membro da

Comissão de Representantes, participei na preparação de uma forma honesta, empenhada e também queria afirmar que não é por culpa da CDU ou do PCP que a participação foi a que foi, pois se as outras forças políticas tivessem presentes e estou a falar não da Assembleia Municipal de Aveiro, mas em termos distritais, se as outras forças políticas estivessem presentes na mesma percentagem em que estiveram os membros das Assembleias Municipais eleitos pela CDU a participação na "Fábrica Campos" teria sido à volta de trezentos elementos e não das que de facto existiram. O que surpreende totalmente é a fraca participação da Assembleia Municipal de Aveiro, essa sim é que me surpreendeu totalmente. Quantos destes elementos que hoje estão aqui lá estariam? e, sabendo do empenhamento da Comissão de Representantes e do Presidente da Assembleia Municipal, penso que não há que duvidar que não houve solidariedade de grupo em relação a esta iniciativa, o que foi particularmente evidente por parte da bancada do CDS/PP. Pela baixa participação, particularmente de membros desta Assembleia Municipal, não posso deixar de concluir que talvez não tenha valido a pena e que teria sido melhor se em vez daquele fórum tivéssemos já feito a nossa sessão de discussão àcerca da regionalização.

Relativamente à intervenção do Sr. Deputado, Afonso Candal, nesta Assembleia, penso que as duas palavras chave da sua intervenção foram: "palco" e "protagonistas", penso que é na base destas duas palavras que se deve entender esta intervenção: é um palco para um protagonismo; um palco que não é o palco adequado para este tema por parte de um Deputado da Assembleia da República, e que é de facto a busca de um protagonismo que porventura não estará a ser atingido na Assembleia da República.

Quando ouvi o Sr. Afonso Candal a pedir para usar da palavra, pensei sinceramente que fosse para nos falar, por exemplo da intervenção que teve na Assembleia da República, àcerca do problema da Capitania ou de qualquer outro assunto que fosse de interesse estrito municipal, e digo sinceramente que qualquer intervenção com esse conteúdo seria da minha parte bem vinda, não esta.

Relativamente à Capitania, gostava que o Sr. Presidente da Câmara informasse qual está a ser a evolução deste processo e até que ponto é que esta peça do nosso património está ou não a ser defendida.

No que se refere às marinhas de sal: na discussão do Plano Estratégico, surgiu uma ideia que penso que é uma ideia nova, que é a ideia de que é possível a recuperação das marinhas de sal apostando na sua viabilidade

económica em formas diferentes daquelas que têm existido na nossa região. Nessas reuniões do Plano Estratégico foi dito que a Câmara possuía marinhas que são contíguas às marinhas da Universidade e que são contíguas a marinhas da Misericórdia e que essa área poderia servir como a base de trabalho para o lançamento de um projecto em que o município se pudesse associar a estas entidades para estimular esta aposta. Como é um processo que se calhar para que possa ser iniciado no próximo ano têm que ser dados passos desde já, queria saber até que ponto é que este assunto não tem ficado por meras manifestações de intenção num ou noutra local e até que ponto a Câmara está de facto a avançar para que ele seja concretizado.

Uma última questão que queria colocar, tem a ver com movimentações recentes por parte dos pais das crianças que frequentam a Escola nº2 da Vera-Cruz. Queria que a Câmara dissesse aqui de forma clara, o que é que pensa àcerca deste problema."

Vogal Custódio Ramos:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados Municipais, começaria por abordar a questão da regionalização e nomeadamente a intervenção do Dr. Vitor Mangerão e a nossa participação ou não no forum intermunicipal que se realizou no sábado passado. Eu, sobre a regionalização, em momento próprio cada um de nós dirá o que bem entender, mas hoje limitar-me-ia a saudar o munícipe Afonso Candal, pela coragem e pela iniciativa e pela boa ideia que teve em vir a esta Assembleia entabular uma conversação connosco, só que, como sabem o Regimento não permite que se avance mais, em sede da meia hora reservada ao público, e como tal fica decerto modo prejudicada tal intervenção. De qualquer forma, quer se invoque a qualidade de munícipe, que foi uma mera figura a que teve que se recorrer para dar a palavra a uma pessoa que não é membro propriamente desta Assembleia, mas isso não obsta que não se reconheça a validade da iniciativa de um Aveirense que neste momento é Deputado da Nação.

Feita esta saudação, cumpre-me decerto modo defender em nome pessoal a honra que foi decerto modo beliscada pelo nosso amigo Dr. Vitor Mangerão; o Dr. Vitor, acabou por dizer num certo entusiasmo que: "isto não fica em acta", obviamente que o Sr. Presidente da Mesa não descurará esse facto e mandará registar em acta a intervenção do Deputado Afonso Candal; o Dr. Vitor Mangerão, afirmou por exemplo que tal intervenção era ridícula, obviamente que não era, obviamente que ela deu um contributo a esta Assembleia, sobretudo na medida em que teve a coragem de introduzir o tema e provocou algumas

bancadas, essa "provocação" poderia eventualmente servir para que a bancada do PSD, dissesse ou a título individual ou a título colectivo qual era a sua posição sobre o tema, mas tal não foi dito. Acontece inclusivamente que no dito forum intermunicipal que ocorreu no sábado, eu próprio não vi lá presentes muitos dos elementos da bancada do PSD, ou eu era cego ou só lá vi dois membros; para uma bancada tão numerosa, confesso que era desproporcionada a intervenção no Palácio dos Congressos sobre esse tema. De qualquer forma, registo que, a intervenção naquele forum por parte do Sr. Prof. Rosa Pires, que se manifestou a favor da tese da regionalização, genericamente falando, foi muito boa e dir-se-ia até que a bancada estava muito bem representada. De qualquer forma os dois que lá compareceram, ouvi referências dizendo que eram a favor da regionalização. Da bancada do PS, apareceram também alguns elementos que até entrevistaram e mostraram-se a favor da regionalização. Da bancada do CDS/PP, apareceu obviamente alguma representação e, pela voz de um dos seus membros manifestou-se genericamente contra a regionalização. Espero que tudo isso fique registado, para que conste, e para que todos nós no futuro tenhamos em conta essa posição substantiva de cada uma dessas bancadas.

Ainda a propósito deste tema, parece que o Sr. Salavessa também está um bocado preocupado com a intervenção do Deputado Afonso Candal, talvez porque a CDU não tem um Deputado do distrito que venha aqui gastar os seus cinco minutos a falar para esta Assembleia, fica-vos bem essas preocupações, pela nossa parte estamos satisfeitos e pena é que o Regimento em vez de cinco minutos, não tenha podido dar cinquenta, para que o Deputado Afonso Candal explanasse mais e muito melhor a sua posição.

Voltando às questões estritamente municipais, eu também tinha aqui apontada a minha preocupação sobre o edifício da Capitania: queria perguntar à Câmara, quando é que deixa de ser um mero agente passivo em torno deste tema e começa a ser de facto um agente activo? é que, por agente, aqui entende-se também actor, e se o Sr. Salavessa entende que actor e palco é no sentido do teatro, eu penso que não, eu penso no sentido de actor/acção/fazer, e efectivamente a Câmara não tem sabido agir, não tem sabido ser actriz, tem estado passivamente na plateia, pelo menos é esta imagem que nos chega via comunicação social. A Câmara dir-nos-á oportunamente sobre um estado de coisas e dir-nos-á sobretudo, porquê um edifício que tenta cobrir parte da construção anexa à Capitania, porquê? porque é que a Câmara esteve tão distraída e permitiu que se avançasse a ponto de que lá havia um caminho, uma

servidão que se podia atravessar da Avenida para o lado da Ria e agora parece que até esse caminho fica vedado ao público.

Sobre o estacionamento: vejo que a Câmara é pródiga em parcometros, a Câmara podia pelo menos comprar equipamento moderno um equipamento que passasse recibo ao pobre do automobilista que lá vai introduzir a moeda, para que ele pudesse apresentar o recibo em sede de despesas na empresa a que pertence; mas não, a Câmara continua apostar junto do Tico-Tico, junto de outros locais, nuns parcometros que estão ultrapassados, e está mal, a Câmara tem que, inclusivamente, dois ou três anos depois vai lá pôr um sinal de pagamento com o acento tónico numa palavra que não tem que ter acento tónico nenhum; até isso meus amigos, denota o descuidar deste tema. Mas, o tema é mais importante do que o que parece, é que na Vereação anterior, o então responsável Coronel Martinho, disse que tinha um estudo para fazer, quando acabou o mandato disse: "tenho o estudo mas eu vou-me embora...", e o estudo ainda por cima está caducado; meus Srs. o vosso mandato acaba para o ano e receio que o estudo também esteja caducado, aliás consta que já foi entregue, mas que não tira conclusões nenhuma: "aos costumes disse nada", as pessoas lêem aquilo e não se tira conclusões nenhuma.

Finalmente queria também saber sobre a Escola do Largo Maia Magalhães; há uma polémica, mas estamos em crer que aquela Escola Primária não serve efectivamente a educação que hoje em sede de Ensino Básico é preciso dar às crianças e daí que talvez seja bom que a Câmara atenda as preocupações dos pais das crianças, mas no sentido não de recuar, mas no sentido de solucionar os seus problemas, as suas preocupações, mas obviamente que aquela Escola, em minha opinião, naquele local, sem terreno para as crianças, utilizando até um terreno de uma pessoa privada para brincar, que o tem cedido a título gratuito, dizia que, de um modo geral a Escola deve em princípio sair dali para bem perto, sem prejuízo da construção de outras Escolas noutras locais, como penso que estamos todos de acordo."

Vogal Vitor Mangerão:

"Não posso deixar passar em claro a referência implícita do Sr. Custódio Ramos aos presentes e aos não presentes na reunião de sábado passado; eu pessoalmente sem sentir nenhuma obrigação de justificar a minha ausência, acho no entanto que posso clarificar a minha intervenção anterior dizendo porque é que não estive presente: eu sou Presidente da Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Atletismo e nesse dia tive uma Assembleia Geral, que já tinha sido

adiada uma vez, extremamente importante a que não podia faltar; mas acresce que eu poderia ter posto isso de lado se o fórum em causa fosse um fórum destinado a tomar uma posição deliberativa, como não era, permiti-me a ausência, simplesmente agora só para acabar para que fique bem claro, a minha posição dentro do fórum, aqui ou em qualquer outro sítio de há uns tempos para cá, é que sou abertamente contra a regionalização por causa dos pressupostos em que ela está a ser desencadeada, isto não tem nada a ver com obediências partidárias nem com outras coisas quaisquer, mas que fique já claro."

Vogal Jorge Nascimento:

"Eu estive no fórum sobre regionalização e achei apesar de ser contra a regionalização, achei o fórum interessante, interessante pela forma como lá foram debatidos os temas, porque eu apesar de ser contra a regionalização sou claramente a favor do poder local, o que poderá ser uma forma de regionalizar; eu sou contra a regionalização tal como ela está prevista, mas sou claramente a favor do poder local, do reforço do poder local, porque entendo que as pessoas que resolvem os problemas em Lisboa, e já penso como Alexandre Herculano e com quem tem vindo através dos anos a ser crítico dessa situação; Lisboa não defende os interesses locais. Portanto eu sou a favor do poder local e entendo que regionalizar se pode fazer através dos órgãos já existentes designadamente dando força aos municípios, portanto a minha posição é claramente de sim, contra a regionalização tal como ela está a ser gizada.

Foi aqui referido que esta bancada esteve pouco representada, eu devo dizer que não partilho dessa opinião porque esta bancada teve bastantes elementos porventura em termos percentuais mais do que algumas das outras bancadas aqui presentes; não foi feita chamada, também não estive a registar as presenças, mas do que vi é exactamente essa a minha ideia.

Sobre a vinda aqui do Sr. Dr. Afonso Candal, devo dizer, eu reconheço-lhe, não estou nada de acordo contra o que aqui foi dito em oposição, ou pouco estou de acordo, porque entendo que o Sr. Dr. Afonso Candal, sendo Deputado, pode vir aqui, não perde a qualidade de munícipe e portanto pode vir aqui trazer as questões que entender desde que, como diz o Regimento, sejam do interesse do município e portanto eu entendo que a questão da regionalização, sendo um tema geral, também é um tema particular e portanto tem toda a legitimidade, isto sem embargo de eu reconhecer que um tema como este que requer algum tempo para ser desenvolvido e, o Sr. Dr. Afonso Candal tinha obrigação de saber que devia expôr o seu tema em cinco minutos e portanto a sua

exposição seria necessariamente manca, como eu reconheço que foi, o Sr. Dr. Afonso Candal não trouxe nada de novo que as pessoas daqui já não soubessem e que não fosse já largamente propalado pela opinião pública, dos argumentos a favor, reconhecendo-lhe o direito de aqui vir acho que foi inoportuno, porquê? porque poderia, para veicular as posições do Partido, porque não fez mais do que isso, tê-lo feito através dos membros da Assembleia aqui presentes, e então até com vantagem, porque além dos cinco minutos teria necessariamente mais tempo para ter feito uma exposição mais clara.

Sobre as questões municipais, uma coisa que me preocupa, está para avançar e muito brevemente a obra do Cojo; nós vemos aí nas comunicações dizer-se que se vão pôr parcómetros ainda noutras ruas; eu sou a favor também dos parcómetros porque entendo que se disponibiliza o estacionamento, mas não se ouve nada de concreto em relação quais sejam os parques de estacionamento criados sobretudo para vir suprir a falta do estacionamento do Cojo; gostaria que a Câmara esclarecesse sobre isso.

Sobre a questão da Capitania, não interessa agora chorar sobre o leite derramado, como costuma dizer-se, mas é bom tecer-se críticas sobre isso, porque acho que as responsabilidades serão de todos, desde o proprietário da Capitania que é o Estado, que atempadamente não veio insurgir-se e tinha o direito de o fazer mais até do que outros, desde os técnicos que projectaram aquilo, porventura também a Câmara, Deputados, munícipes, toda a gente tem uma quota de responsabilidades sobre isto da Capitania. Agora a pergunta que urge fazer é, que solução dar à situação? evidentemente que não é a Câmara a dá-la, dá-me a impressão que não será a Câmara, mas a Câmara sobretudo deve ser no meu entendimento um interlocutor válido, um interveniente activo sobre essa situação e portanto que medidas a Câmara gizou, ou espera que outros gizem, que iniciativas tomou junto de quem responsável, e é isso é que é importante, porque a cada dia que passa o edifício se inclina mais."

Vogal Cruz Tavares:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, o tema da regionalização a meu ver nos moldes em que tem sido conduzido está esgotado, já o disse várias vezes e continuo a dizer com a autoridade que me vem do facto de ter assistido praticamente a todos os debates sobre a matéria, o assunto está esgotado, nem os argumentos pró, nem os argumentos a favor têm evoluído no sentido do esclarecimento do cidadão e do futuro eleitor, resta-nos de facto aguardar o resultado do referendo que, a meu ver com intervenções sobretudo dos pró-

Beu
pró-regionalista

regionalistas não tem sido conduzido da melhor maneira na direcção do sim, cada vez que ouço um pró-regionalista sinto que a percentagem dos não à regionalização aumenta, peço imensa desculpa e digo isto com toda a franqueza porque com toda a sinceridade sou pró-regionalista. Os argumentos apresentados, julguei eu que tivessem alguma coisa a ver com o âmbito local da regionalização, todos sabemos que a regionalização tem uma envolvimento nacional e tem outra que nos toca muito proximamente, pensei que a intervenção de um Deputado da Assembleia da República abordasse esta questão, infelizmente quer pelo tempo, quer pela orientação escolhida essa nossa curiosidade saiu frustrada.

Um outro assunto que gostaria de abordar é a questão da Capitania e queria-lhe dizer Sr. Presidente da Câmara, que o debate ou a questão de decidir ou escolher entre uma recuperação do edifício e uma demolição, está neste momento resolvida a meu ver, ou seja, em termos técnicos a ruína do edifício da Capitania já começou, a ruína do edifício está num ponto de não retorno; esta linguagem é para o dono da obra, neste caso a Direcção de Infraestruturas Navais, a estabilidade do edifício está garantida neste momento e só está em pé porque existe o peso das telhas e possivelmente o sótão tem muitas teias de aranha... era bom que o dono da obra não limpasse o sótão, porque é natural que o edifício automaticamente caia. Os culpados somos nós todos como disse o Dr. Jorge Nascimento, mas simplesmente a nós só nos interessa as responsabilidades da Câmara.

Em relação à Câmara é necessário que não só nós Assembleia, mas os Aveirenses saibam qual é o papel da Câmara naquele caso, o edifício vai cair ou tem que ser demolido, não há outra solução porque como sabem aquele edifício não tem fundações, é um edifício com estacaria flutuante e é um barco sem casco que está flutuando na lama, o edifício não tem recuperação, tecnicamente iniciou-se a ruína e essa ruína é imparável. Partindo dessa base é necessário averiguar a posição da Câmara em relação a isto, porque não há só o problema dos danos materiais que a queda do edifício irá ocasionar, nomeadamente em relação ao edifício novo. Há a questão dos danos pessoais, questão em que a Câmara tem uma intervenção decisiva, há uma necessidade da Câmara tomar uma atitude em relação ao dono da obra, há um perigo iminente de pessoas, o edifício vai cair para trás e para a Avenida, vai haver portanto danos e consequências graves. A Câmara tem instrumentos legais para uma intervenção imediata? nem que seja a expensas próprias com o respectivo

processo de indemnização em relação ao dono da obra, se o dono da obra não tiver entretanto a agilidade para resolver a questão pelos meios que julgo e toda a gente enfim, tem essa informação que o dono da obra tem os meios para resolver legalmente a situação e salvaguardar os danos pessoais e os danos de bens materiais que estão iminentes. A minha chamada de atenção era só para fazer um apelo à Câmara para se mudar de registo em relação a este assunto: a Capitania técnica já caiu.

Relativamente aos canais da Ria há uma questão que ainda não foi abordada mas que foi levantada em consequência da construção das eclusas. Julgo que é do domínio público que todo o sistema foi concebido para que os canais urbanos da Ria em consequência do funcionamento das eclusas ficassem independentes do ritmo das marés; isso foi concebido e foi realizado e apoiado não só no sistema de eclusas e de comportas reguladores de marés, mas também apoiado nas vedações de muros das marinhas, nomeadamente junto ao topo do Canal de S. Roque. É também do domínio público que esses muros ruíram, não estão a fazer serviço. Era necessário que se tomassem de imediato providências no sentido de repôr esses muros, ou através da JAPA, em colaboração com a Câmara, uma vez que a obra foi da iniciativa da Câmara, ou em parceria, de maneira a que o sistema que foi concebido para funcionar de uma determinada maneira, seja eficaz nesse sentido, ou seja, nós actualmente não tiramos todo o proveito do facto de podermos com uma iniciativa humana, digamos assim, controlar o ritmo das marés; isso hoje não era possível e, na altura quando o projecto foi concebido e foi implementado, era essa uma das principais vantagens do sistema das eclusas."

Vogal Filipe Neto Brandão:

Sr. Presidente, Srs. Membros desta Assembleia, umas pequenas palavras à guisa de intróito não poderão deixar de ser proferidas, relativamente à intervenção do público, uma vez que suscitou reacções a intervenção do meu camarada e amigo Afonso Candal.

A minha opinião relativamente às intervenções do público, é que não cabe aos membros desta Assembleia proferirem juízos de mérito sobre as suas intervenções, como aliás, jamais foram proferidos relativamente às intervenções que, esporadicamente, reconheça-se, o público tem aqui proferido. Nem por outro lado me parece poder proceder qualquer tipo de argumentação no sentido de um munícipe pelo facto de ser Deputado, fique inibido de vir aqui, antes pelo contrário. Aliás, registamos, e registamos com agrado, a assunção frontal por

parte de um munícipe com responsabilidades, relativamente à sua posição perante o candente problema da regionalização. Compreendemos também de igual forma a incomodidade manifestada pelo Dr. Vitor Mangerão, relativamente ao facto de ter sido hoje trazido este assunto; não é segredo para ninguém que o PSD está profundamente dividido quanto a esta questão, aguardamos serenamente que o Professor Marcelo volte a impor a disciplina de voto, gerando assim uma vez mais, uma crise partidária de carácter assinalável nesse partido; mas, sobre isso, ulteriormente nos pronunciaremos e daremos oportunidade nesta Assembleia de debater exaustivamente e concretamente sobre os projectos de lei que estão em discussão, de forma a respondermos cabalmente a essa questão.

Finalmente, também não pode deixar de merecer algum comentário a observação do Sr. Salavessa, relativamente a: "não ter passado de uma manobra de um protagonista à procura de um palco", é só apenas para registar que o problema do PC é mesmo esse, principalmente em Aveiro, palco tem, protagonista não tem, porque se algum Deputado do PC aqui quisesse vir não poderia vir porque o PC aqui Deputados não tem, males da democracia...

Curiosamente, também estava a pensar intervir relativamente à regionalização, mas fazendo-o a pretexto de uma intervenção do Sr. Presidente da Câmara, aquando de uma entrevista a um jornal. No contexto dessa entrevista, questionado sobre um determinado modelo de regionalização, V. Ex^a. Sr. Presidente, célere, adiantou que a sede para uma futura Região Centro, em Viseu, seria a melhor solução. Porque tal posição em Viseu? porque tal posição nesta altura se me afigurou incompreensível solicitava a V. Ex^a que se dignasse esclarecer as dúvidas que então me assaltaram:

a) - V. Ex^a defende a capital da Região em Viseu, porque sendo um Viseense, foi acometido de um achaque saudosista, ambicionando assim o melhor para a terra que o viu nascer?

b) - V. Ex^a, cansado das agruras da governação e farto da incompreensão dos seus munícipes pensa que Aveiro não merece, nem tem condições para assumir o cabeçalato da Região a criar, e que exprimiu nesse desabafo?

c) - V. Ex^a, é um cavalheiro e manifestou tal opinião na inconfessada esperança de ver o Presidente da Câmara de Viseu retribuir-lhe o gesto, dizendo que Aveiro é que deve ser a capital da região a criar?

d) - V. Ex^a, fê-lo por pura inabilidade política?

Aguardo os esclarecimentos de V. Ex^a para então me pronunciar sobre essa resposta.

Relativamente ao segundo ponto da minha intervenção, e o Exm^o Sr. Presidente da Mesa desta Assembleia, esqueceu-se de o referir, eu solicitei ao abrigo das disposições legais que o permitem, a consulta à Câmara do processo de licenciamento do edifício da Capitania, o requerimento foi deferido e obtive essa consulta.

Sobre esse processo o mínimo que se pode dizer é que é nebuloso, e à priori tal bastaria para censurar a Câmara. Porque, nebuloso é o que se pode dizer no mínimo de um processo consistente numa mera amálgama de folhas desordenadas, sem qualquer numeração, ou pasme-se, sem qualquer sequência cronológica: a título de exemplo, esse processo tem o número 84/93, vê iniciar com uma folha com um requerimento datado de Maio de 94, seguem-se informações de Janeiro de 94 e depois passa para 93, sem qualquer coordenação ou qualquer lógica. Porém, algo chamou a minha atenção e refiro-me à Memória Descritiva que foi apresentada, para já não falar noutros considerando que, designadamente não posso deixar de criticar a forma aligeirada com que nesta Câmara se deferem pedidos de informação prévia. Como V. Ex.as sabem, o pedido de informação prévia, é o requerimento onde se adquirem direitos, que responsabiliza os agentes públicos, e ficou provado neste caso que merecem algo mais e alguma maior seriedade do que um mero deferimento sem qualquer reservas, é isso que se passou neste prédio e o resultado está à vista. Porém, há algo que me chama a atenção e que eu gostaria de ver esclarecido e esclarecido definitivamente aqui hoje: em Junho de 93, a Memória Descritiva nesse processo refere-se no que diz respeito ao projecto de arquitectura e passo a citar: "relativamente à existência de uma passagem pedonal a criar entre o edifício e a Capitania, tudo isto tem sido amplamente debatido com a Câmara", ora, entre o edifício espelhado que foi criado e a Capitania, só existe a garagem desta, ou seja, acaso a Câmara representou a demolição parcial da Capitania, designadamente a demolição da garagem desta para a criação de um percurso pedonal? se o fez, com que legitimidade é que o podia ter feito se a Câmara não é, nunca foi, proprietária daquele espaço, e isto remete-nos para outra questão, que também lá vi e que também lá me surpreendeu: a existência de uma ponte a ligar esse percurso pedonal que iria ser criado, à outra margem, ora inexistindo qualquer percurso pedonal, qual é a lógica da existência de uma ponte, aliás, ao

que creio essa ponte está embargada, gostaria que me informasse se está, se não está, porquê, qual é a lógica dessa ponte?

Finalmente gostaria de saber se é verdade que o Ministério da Defesa oficiou à Câmara Municipal no sentido de não ser atribuída a licença de utilização ao edifício, em virtude de violar o espaço público marítimo; se isso é verdade ou não, gostava de saber exactamente qual é essa situação."

Seguidamente e dado o adiantado da hora o Sr. Presidente da Mesa interrompeu os trabalhos para o jantar, continuando o período de antes da ordem do dia na segunda parte dos trabalhos.

2ª PARTE

Pelas 21,45 horas, retomaram-se os trabalhos com a presença dos seguintes membros: Presidente, Rogério da Silva Leitão, Primeiro Secretário, António de Sousa Dinis Correia, Segundo Secretário, José Alberto Martins de Carvalho e com os Vogais, Manuel Rodrigues Simões, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Rodrigues Bolais Mónica, João Pedro Simões Dias, Gonçalo Nuno Caetano Alves, José Maria Dias da Silva, João Tavares Duarte, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Carlos Manuel da Silva Santos, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Lourenço Martins dos Santos, Raul Ventura Martins, Custódio das Neves Lopes Ramos, Carlos Filipe Neto Brandão, Virgínia Celeste da Silva Veiga, Álvaro Patrício do Bem, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Manuel Simões Madail, Fernando Tavares Marques, Élio Manuel Delgado da Maia, Ernesto Carlos Rodrigues de Barros, João Gabriel Ferreira Santos, José Arménio Sequeira Pereira, Diogo Manuel Soares Machado, Olinto Henrique da Cruz Ravara, Francisco Manuel Alves da Costa Braga e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir retomou-se o período de antes da ordem do dia:

Entretanto deu entrada na sala o Vogal Jorge Nascimento.

No uso da palavra o Vogal Raul Martins, solicitou esclarecimentos à Câmara Municipal, sobre as causas que motivam a falta de água na Zona Industrial de Taboeira, e que como é óbvio, causa imensos problemas às indústrias aí instaladas.

Vogal Virgínia da Silva Veiga:

"Três questões muito breves e uma pequena nota de introdução a propósito de faltar a água na Zona Industrial: já agora, falta a água, pelo menos, numa parte da freguesia da Glória, constantemente, também para a zona habitacional.

De todo o modo as duas questões são as seguintes: em primeiro lugar, a questão da regionalização, sem repetir nada do que aqui foi dito, apenas para lembrar e subscrever em absoluto, se é que seria necessário, que vamos ter uma sessão extraordinária Regimental sobre essa matéria e concerteza que - não partilho da opinião do Sr. Eng^o Cruz Tavares - haverá nessa altura muita coisa que hoje aqui não disseram concerteza as pessoas que intervieram anteriormente e que serão concerteza os assuntos tratados em maior profundidade por qualquer um de nós.

Vem a propósito também e lateralmente, uma palavra sobre a intervenção, no período destinado ao público, para não repetir o que foi dito, o assunto foi tratado em exaustão, mas para, na parte que também compete a interpretação do Regimento sobre essa matéria. Foram aqui levantadas algumas questões sobre a interpretação desta matéria e, se é óbvio e líquido que os trinta minutos que existem são destinados ao público e não à própria Assembleia, a distribuir em períodos mínimos - essa é a minha interpretação - de cinco minutos por cada interveniente que nos possa aqui aparecer, e se as matérias têm que ser obviamente do interesse do município, já me pareceu (e eu lamento o Sr. Presidente não está mas lerá depois concerteza) que se não possa discutir questões como estas: o facto de não haver direito de resposta por parte do público não impede, nem aliás impediu já, que numa intervenção pelo menos que houve aqui exactamente ao abrigo do mesmo artigo do Regimento, também os Deputados Municipais, como lhes compete, realmente se pronunciem sobre o assunto que tiver sido abordado; já outra questão, portanto a questão da inexistência de direito de réplica, não coarta de modo absolutamente nenhum,

salvo o devido respeito, o direito que nós temos aqui de nos pronunciarmos sobre a matéria que os munícipes aqui venham colocar à Câmara, através de nós. De todo o modo, se não pode ser discutida esta questão (do nosso direito de intervenção sobre essa matéria) muito menos pode ser discutida também obviamente, a exarcação em acta daquilo que aqui fôr dito pelo público durante o uso legítimo desse direito, porque, logicamente, ele está no Regimento e, nessas circunstâncias a intervenção anterior, sobre esta matéria específica, salvo o devido respeito, não faz qualquer sentido: sobre palcos e protagonistas, oportunidades ou falta delas, obviamente não me pronuncio, não tem qualquer espécie de sentido como dizia o meu camarada Dr. Filipe Brandão, nem sequer temos o direito de nos pronunciar sobre essa matéria e não vamos, evidentemente porque se trata de um Deputado, exigir-lhe ou retirar-lhe os direitos que teria qualquer outro munícipe como é lógico. Tem exactamente os mesmos.

As outras duas questões, são uma questão muito simples: é a de ser porta voz de várias queixas que me têm sido apresentadas sobre as pessoas que residem junto ao local onde está a ser edificado o Centro de Saúde. Gostaria que a Câmara esclarecesse se vai ter apenas entrada pela Rua Dr. Mário Sacramento, se vai ter também entrada pelo outro lado. Levantam-me este problema de dois pontos de vista: de um ponto de vista de estacionamento, e portanto facilidade de acesso, uma vez que pelo lado da Mário Sacramento praticamente a área de estacionamento está esgotada com as pessoas que ali residem e que utilizam habitualmente aquela área. Por outro lado, a questão que me tem sido colocada, tem sido a de o facto de eventualmente não ter abertura para o outro lado, levanta-se o problema do Centro Comercial que há ali naquela zona e da área de comércio que está bastante desprotegida e bastante depauperada neste momento.

Por último a questão da Capitania: a questão da Capitania em termos muito resumidos (não vou também repetir o que já foi dito nas intervenções anteriores, aliás brilhantes quanto a mim, quer, para começar pela oposição, do Eng^o Cruz Tavares, quer a do Dr. Filipe Neto Brandão) Não quer dizer que concorde com a tese do Eng^o Cruz Tavares, não me parece ainda ter dados suficientes sobre isso, e portanto a primeira questão que eu ponho é esta: até que ponto há efectivamente um estudo sério e definitivo que permita tirar as conclusões que o Eng^o Cruz Tavares, por si, aqui trouxe. Julgo, com todo o respeito por ele e não pondo em causa de maneira nenhuma a sua qualidade profissional, parece-me que é necessário de facto que nos seja revelado se foi feito algum estudo definitivo e, evidentemente, se ele está a ser feito, qual é o

prazo. Portanto se estão à espera que caia em definitivo para ver se há efectivamente alguma hipótese de solução da questão da Capitania. Mas, apenas para tentar acrescentar alguma coisa à gravidade deste problema, a Capitania não é para Aveiro um ex-libris como é o barco moliceiro, é talvez mais importante porque, como tem sobejado em notícias de diversos jornais, faz parte de todo um património cultural, do pouco que nós temos, é uma parte integrada num património cultural de arte-nova, que morre a pouco a pouco na cidade de Aveiro. E a questão que se coloca aqui, (e eu limito-me a ler, se não fôr arte-nova pura, quem sabe mais disso que explique) mas facto é que é o ex-libris máximo desta cidade em matéria de imagem. E, neste momento, está sem dívida a pôr em perigo não apenas a cultura...

(Vogal João Barbosa:

"A cultura da beterraba"

Vogal Virgínia Veiga, prosseguindo na sua intervenção:

... não será necessariamente da beterraba, o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Vera-cruz, deveria de ter mais cuidado com as expressões que usa sobre assuntos da máxima importância, incluindo para a sua Freguesia)... estando a ser posta em causa a parte cultural e turística de Aveiro, está, como disse o Sr. Eng^o Cruz Tavares, e bem, a ser posta em perigo as próprias vidas humanas, passo a falta de conjugação entre o predicado e o sujeito, pelas interrupções laterais.

O assunto não é para brincadeira, mas eu gostaria de lembrar uma coisa que já aqui fiz, um assunto que já aqui trouxe várias vezes. E trouxe-o por causa dos canais e trouxe-o porque foi o primeiro assunto ou um dos primeiros que foi dado a estudar a esta Assembleia. Em matéria de responsabilização - e faço lembrar a intervenção do Dr. Filipe Brandão - eu pergunto: como é que é possível que o alvará para a construção daquele edifício tenha sido dado em 1994, nas circunstâncias em que foi, se nós lembrarmos que, em Dezembro de 1993, já tinham começado a cair os muros da Ria, por via da autorização da dragagem que foi feita no período imediatamente anterior (portanto durante o período de campanha eleitoral, imediatamente anterior ao mandato que aqui nos trouxe). Nessa altura, esse assunto foi extremamente debatido. Mas que o não tivesse sido. Nessa altura, mesmo para quem pudesse, do ponto de vista humano, não ter dado conta que era fatal mexer nas lamas da Ria, numa primeira linha; nessa altura, já se sabia, porque os muros já estavam a cair sucessivamente, como é que é possível que se tenha permitido fazer aquelas fundações daquela maneira,

ter licenciado aquelas obras e, evidentemente, ainda por cima, se elas foram construídas ao arrepio daquilo que foi previamente pedido (e aí subscrevo, onde está a passagem de peões)? Isto é extremamente grave e eu termino por perguntar aquilo que aqui já foi inquirido: onde está de facto a actuação da Câmara para que não haja perigo de vidas humanas? A Capitania tem ou não que ir abaixo? isto é, já começou, como o Eng^o Cruz Tavares diz, a ir tecnicamente abaixo? é possível reerguê-la ou não? E é ou não verdade (que é para não dizer imediatamente que é, porque eu não li, mas são as informações que tenho), de que a Câmara foi efectivamente avisada de que aquilo poderia acontecer?"

Neste momento deram entrada na sala os Vogais Vítor Martins e Vítor Mangerão.

Vogal João Barbosa:

"Sobre a Escola da Vera-Cruz, tenho a dizer ao Sr. Salavessa, que aquilo que disse foi baseado em pressupostos errados; não há conflitos, o Presidente da Junta de Freguesia e a Junta está empenhada no bem estar da população, e o Sr. sabe que na Vera-Cruz não há habitação social, não há Centros de Dia, não há Pré-Primária e, há mais de dez anos que há planos para se fazer da Escola n^o 2 um Centro de Dia. Informo mais, que houve uma reunião onde estiveram presentes: o Sr. Presidente da Câmara, o Sr. Director do CAE, o Presidente da Junta, a Associação de Pais, o Director da Escola n^o 2 e o Director da Escola n^o 3; não apareceu o Director da DERECA, mas também foi convidado; nesta reunião o Sr. Presidente da Câmara, deu a conhecer o projecto, e não houve contradições, pelo contrário, a grande maioria dos Professores estão a favor e não temos conhecimento que algum esteja contra. Informamos mais, que esta obra está no Plano da Câmara, para 1996 e foi aprovado por esta Assembleia; assim como foi reprovado por esta Assembleia a compra do terreno onde estava projectada a Escola de Sá-Barrocas. Tem havido isso sim, movimentos extra Escola da Vera-Cruz, contra este projecto. Mais informo neste momento, que decorre na Freguesia um inquérito à população e muitas das queixas dos habitantes, são a falta de lares para a terceira idade.

Neste momento deu entrada na sala o Vogal Joaquim Abreu.

Vogal Manuel António Coimbra:

"Gostava de fazer dois apontamentos: primeiro, gostava de me referir ao fórum intermunicipal que se realizou neste último fim de semana; penso que o concelho de Aveiro ficou dignificado pela realização que se fez, primeiro, pela iniciativa inovadora de congregar elementos das diversas Assembleias

Municipais do distrito de Aveiro, tendo-se provado que o distrito de Aveiro não é tão coeso quanto as estatísticas nos mostram, antes pelo contrário, mostrou um distrito de Aveiro dividido, com pessoas apesar de importantes nos seus concelhos, não se conhecem fora das suas fronteiras, e isso terá levado à pouca participação que se verificou; isto apesar de Aveiro também ter ficado dignificado pela intervenção que teve nessa Assembleia intermunicipal, principalmente através do Sr. Prof. Rosa Pires, estou a falar da intervenção e exposição dos diversos intervenientes que também considero que foram brilhantes e que cimentaram a posição de Aveiro como um potencial pólo dinamizador de mais realizações que se possam fazer a nível distrital, seja em termos de regionalização, seja em termos das mais diversas actividades que penso que Aveiro tem que ser esse pólo dinamizador, coisa que não tivemos sido até há pouco tempo. Por isso, esta pouca participação, mas que esta relação nos permita cimentar a centralidade que nós queremos para Aveiro e fazermos com que estes diversos concelhos sem rumo, alguns dizendo que não têm nada a ver com Aveiro, possam no futuro sentir-se aproximados de Aveiro e afinal reconsiderarem as suas posições e dizer que aquilo que pensam hoje, já não é a realidade do amanhã numa altura em que Aveiro poderá ser o centro, e então assim poder reclamar alguma coisa, seja daquilo que perdeu, seja de outras coisas que possa ganhar.

Um segundo apontamento diz respeito às Escolas da Vera-Cruz: é do planos da Câmara desactivar a antiga Escola masculina da Vera-Cruz; considero que o imóvel deverá ser preservado, questiono que seja preservado para uma Escola ou possa ser preservado para uma outra actividade qualquer. O que me parece que talvez não seja oportuno a não ser que haja alguma justificação que me esteja a escapar, será o de concentrar e de dimensionar para um tamanho maior a Escola actualmente existente na Vera-Cruz, isto tendo em atenção que a natalidade está a diminuir, que a Vera-Cruz naquela zona não terá tanto para crescer e, admitindo que ao lado vai nascer uma zona nova, essa sim uma zona nova com uma população nova e que precisa de ser dotada de uma Escola, que é a zona de Sá-Barrocas. Assim, parece-me que a desactivação da antiga Escola masculina da Vera-Cruz, deveria ser acompanhada da criação da Escola em Sá-Barrocas, e assim resolvia-se o problema de não estarmos a criar uma Escola grande demais, quando neste momento as Escolas estão precisamente a ser redimensionadas para serem mais pequenas. Parece-me que isto vai ao encontro de uma posição que foi tomada numa reunião de pais, que se calhar não

foi compreendida na altura, mas penso que será a solução, mais, acho que o facto de alguns dos nossos edificios poderem ser ocupados com outras actividades, principalmente aquela Escola, pela sua localização ser ocupada para um Lar ou um Centro de Dia, parece-me que até seria uma ocupação bastante útil para uma zona da cidade já envelhecida, uma zona da cidade onde existe ainda um jardim amplo, onde existem bancos de jardim, onde poderá existir uma zona de excelência para pessoas mais idosas, por isso, parece-me que até será benéfico que aquela Escola seja desactivada, seja reestruturada para a formação de um Centro de Dia, e que se pense na criação de uma nova Escola em Sá-Barrocas."

Vogal Pedro Dias:

"Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, porque a hora já vai adiantada eu limitava-me a duas questões das muitas que já aqui foram abordadas: a primeira, tem a ver como não podia deixar de ser com a questão da Capitania. Creio que há pouco o Sr. Engº Cruz Tavares, gostei bastante da intervenção dele porque veio-nos explicar qual o ponto técnico da situação. Devo dizer com o devido respeito que basta olhar para se chegar à conclusão que a situação não é brilhante, a ideia que tenho é que aquilo é qualquer coisa que está preso pelo telhado, o Sr. Engº, dizia, pelo telhado e pelas teias de aranha, e de facto parece-me com toda a sinceridade, e isto é uma opinião de um leigo na matéria, mas que se limita a olhar e a tentar interpretar aquilo que vê, que aquela Capitania será um caso perdido, parece que dificilmente aquele preciso imóvel poderá ser recuperado. É evidente que numa altura em que hoje se conseguem recuperações brilhantes a variadíssimos níveis, devo-vos dizer que não me choca rigorosamente nada e é uma opinião pessoal, que aquele edificio seja substituído por outro exactamente igual, respeitando-se a traça, respeitando-se a fachada e que reuna a segurança que este não tem, devo dizer que pessoalmente não me choca nada, choca-me muito mais uma outra coisa devo-vos dizer, o aproveitamento demagógico que tem sido feito a propósito da questão da Capitania, com ilustres figuras nacionais, algumas delas eu atrever-me-ia a dizer que de Aveiro são capazes de conhecer a placa toponímica da estrada, mas que vieram prestar o seu nome a uma causa, para a qual, devo dizer, creio que os aveirenses não precisam de ajudas daquelas, porque nunca precisámos que nos ajudassem a defender o que é nosso e, eu teria gostado de ver algumas dessas pessoas por exemplo, protestarem quando os aveirenses foram lesados quando daqui retiraram serviços que são públicos e que nos fazem falta; não me lembro que nenhuma dessas ilustres individualidades que agora tanto apareceram

preocupadas com Aveiro, numa altura concreta e perante problemas concretos que afectavam os aveirenses, não me parece que alguma vez tenham erguido a sua voz em defesa de Aveiro.

Isto leva-me à segunda questão que naturalmente tem a ver com o fórum intermunicipal. É evidente que o fórum intermunicipal, quando tive conhecimento da sua realização acreditei que fosse uma iniciativa válida, útil, e acreditei que pudesse constituir um elemento positivo, sem embargo de pensar que deve ser aqui nesta sede, nesta Assembleia, como de facto a nossa bancada em devido tempo o requereu, que o assunto deve ser preferencialmente discutido, mas, devo-vos dizer que a questão do fórum intermunicipal, creio que não pode ser constituído na pedra de arremesso que aqui tem sido constituído, isto é, não pode servir de jiga/joga entre bancadas para saber quem esteve mais presente ou quem esteve menos presente; creio que isso diminui a iniciativa, iniciativa essa que, do meu ponto de vista saiu logo diminuída quando estávamos perante um fórum completamente não deliberativo. Pela minha parte, por dever de função, tenho tido a possibilidade de discutir um pouco da questão da regionalização, um pouco pelo País, e de alguns tempos a esta parte, afirmei para mim a regra de participar apenas em debates onde estivessem reunidas duas condições: que pudessem ser mínimamente deliberativos ou conclusivos, e debates onde eu pudesse ir aprender alguma coisa. Devo-vos dizer com toda a sinceridade, que aquele debate não me pareceu que reuniria nenhuma dessas condições; não me julgo mínimamente na necessidade de justificar uma ausência, mas já agora que vem a talhe de foice, devo-vos dizer que um debate com aquelas condições, decorrendo nas condições que foram anunciadas, para além de inconclusivo, não se me afigurava desde logo, pelos oradores que estavam anunciados, que propiciasse a mim, que me propiciasse ou que me tornasse esperançado em ir lá aprender o que quer que fosse, e portanto entendi que não devia ter ido, como outras pessoas entenderam que não deviam ter ido. Creio que, na reunião da Assembleia extraordinária que devemos ter, aí sim, essa deve ser conclusiva, nessa as instituições e os partidos devem assumir-se nessa a Assembleia Municipal não pode deixar de tomar a sua posição."

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, caros colegas, gostava de focar dois pontos, um sobre o Plano de Urbanização, mas também não gostava de deixar de dizer algumas palavras em relação ao fórum e, em relação ao fórum, gostava de agradecer e sublinhar a forma como o Sr. Presidente da Assembleia Municipal se

entusiasmou pela tarefa da organização do fórum e pela forma como se empenhou na sua organização e conseguiu mobilizar tudo e todos para que decorresse da melhor maneira com o apoio dos Serviços da Câmara Municipal; gostava também, acho que é uma palavra de justiça mínima em relação à nobreza com que o Sr. Presidente da Assembleia Municipal abordou esta questão; gostava de agradecer também aos colegas da Conferência de Representantes e designadamente ao membro da Conferência de Representantes que não votou favoravelmente a proposta, o Sr. Salavessa, mas que depois se entregou com todo o empenho e colaborou da melhor maneira para que tudo corresse pelo melhor. Devo dizer que tive a honra e foi de facto uma honra de ver o Sr. Presidente da Assembleia, delegar em mim a responsabilidade de falar por Aveiro, eu não era obviamente um representante desta Assembleia Municipal e fui das pessoas que mais sublinhou isso, mas era um membro desta Assembleia a quem o Sr. Presidente delegou, creio eu se bem entendi, com o apoio de todos os membros da Conferência de Representantes que estavam presentes na reunião, e eu devo dizer que levei o mais a sério possível e tudo fiz para que esta Assembleia tivesse uma pessoa que falasse sem sobrançeria, com humildade, mas no sentido de proporcionar o melhor debate e a melhor qualidade possível perante as minhas capacidades. Também julguei que não era extremamente importante a minha intervenção, uma vez que, o que contava, e várias vezes foi sublinhado, era a diversidade de opiniões, nós tínhamos ali pessoas, ou em princípio teríamos pessoas de vários municípios, todas elas observadoras atentas da realidade de cada um dos municípios, e elas trariam à baila a forma como os municípios encaram a regionalização: a grande vantagem, o grande processo de aprendizagem, era perceber como é que na diversidade deste território que somos nós, o distrito de Aveiro, como é que nesta diversidade de território se equacionava, se problematizava a questão da regionalização, quais os problemas, quais as aspirações, quais as formas de o levar à prática e, esta era uma fonte de riqueza muito grande e que acho que muitos de nós lá foram para isso. Devo dizer que para além do fórum, houve várias reuniões de preparação e essas reuniões de preparação também elas foram ricas e mesmo durante o fórum em qualquer uma das circunstâncias, nós notámos por parte de muitas pessoas uma vontade de ter mais momentos destes, mesmo as poucas pessoas que estavam presentes no fórum disseram que era importante que houvesse momentos destes, que se discutissem questões que afectam o distrito de uma forma conjunta e, enquanto não se arranjasse outro mecanismo aquele parecia adequado; acho que esta Assembleia

*MB
peon
José Sousa*

não deve deixar cair por completo esta ideia, se calhar noutras circunstâncias, noutros temas, eventualmente no mesmo, mas noutras circunstâncias, poderá porventura retomar-se algo semelhante. No que me toca dou por bem empregue e quero agradecer a todas aquelas pessoas que se empenharam no fórum.

Em relação ao Plano de Urbanização, gostava de dizer que ele já está num longo período de preparação, suponho que na casa dos sete oito meses, que há já trabalho produzido, trabalho significativo, inclusivamente a própria Comissão de Acompanhamento que esta Assembleia designou já teve uma reunião ainda que exploratória onde se discutiram as primeiras ideias, algumas delas controversas, mas boas por causa disso, por controversas, e eu julgo que há já um manancial de informação que justifica a proposta que eu faria, gostava muito que a Câmara pensasse em fazer uma reunião pública sobre o Plano de Urbanização da Cidade a curto prazo, porque há ideias, porque elas são controversas, têm méritos e deméritos, têm prós e contras, seria muito interessante que houvesse uma reunião pública a curto prazo sobre este assunto. Eu sei que a equipa não está fechada sobre si própria e tem participado designadamente nos debates sobre o Plano Estratégico e tem ouvido opiniões, mas era agora dar a outra vertente da comunicação, do diálogo, que era, as pessoas pronunciarem-se sobre o Plano de Urbanização, eu sei que a equipa tem ouvido e tem tomado notas, mas agora era uma questão que eu julgo que não será nada demais, não será muito onerosa e será bastante útil para dar oportunidade aos aveirenses de começar a ver formarem-se as ideias, os grandes temas que estão a ser ponderados, as grandes orientações que estão a ser dadas e proporem alternativas ou consolidarem, portanto julgo que é uma iniciativa interessante e que se deveria proporcionar.

Na sequência desta situação, eu gostava também de fazer uma outra proposta e gostava de ouvir a Câmara sobre isto; de facto eu acho que deve haver anualmente um momento de discussão da cidade; a forma como se configuraria este momento é debatível e precisa de amadurecimento concerteza, e de discussão, mas havia pelo menos duas vertentes que tinham que entrar: uma, é que alguém da Câmara deveria expressar as mudanças que no ano anterior decorreram na cidade, estou a falar sobretudo de temas urbanísticos, mas não apenas, obviamente associados ao urbanismo mexe toda uma série de fenómenos sociais, de dinâmicas sociais que são importantes. E, isto era importante para que houvesse uma percepção da globalidade das mudanças, isto é, todos nós temos a percepção de mudanças que vão ocorrendo, dispersas, fragmentadas, e que todos

nós temos a sensação que a cidade está a mudar, mas é preciso ter uma ideia de globalidade, não só das mudanças que ocorreram, mas das próprias tendências de evolução e quem está na Câmara tem obviamente todos os pedidos de licenciamento, etc, e os Planos que se vão formando, a ideia das tendências, tinha que haver um espaço para que isto acontecesse; e depois tinha que haver um outro espaço para que, provavelmente um painel de convidados, para além da participação pública, um painel de convidados que deveriam de representar um historiador, um arquitecto, etc, pessoas interessadas na cidade que se pronunciassem e nós obtivéssemos isto, para termos uma ideia da diversidade de opiniões e para formarmos opiniões.

Não se trata de mais uma vez de dabater por debater, acho que há uma questão de fundo aqui por trás e que eu não me importo de a tornar explícita porque é verdade, sinto que passamos de um período em que a gestão foi muito centralizada numa só pessoa, como aliás foi reconhecido, provavelmente por condições históricas que conduziram a essa situação, não está em causa o julgamento de valores da pessoa, está em causa um processo de mudança de uma situação em que estava muito centralizado numa pessoa, numa outra em que tem que haver parceiros, e não chega dispersar funções pelos elementos de uma equipa do executivo, temos que ter parceiros alguns deles externos à Câmara com quem dialogamos, então para ganhar esses parceiros, vamos ter que criar condições propícias ao seu envolvimento na discussão da cidade, e este era um meio de facto de criar forma de trazer mais pessoas para discutir a cidade, para os seus problemas, para se disponibilizarem, para se envolverem na resolução de problemas colectivos.

Porquê a preocupação com a cidade? julgo que já o tenho dito, que a cidade é de facto muito importante para a região, agora tem que se perceber é isto, é que ela é importante para a região e portanto temos que estar preocupados em saber de que maneira é que a cidade é útil, desde logo às restantes áreas do concelho e depois à região que passa além dos municípios, e sonhar ou prever os destinos desta cidade, começar a elaborar os destinos desta cidade, passa por ter como pano de fundo, de facto esta preocupação, de como é que Aveiro se relaciona com o resto do concelho e a área envolvente; provavelmente isto não está ainda feito e terá que ser feito, agora, uma coisa não pode parar a outra, temos que simultâneamente pôr em andamento a preocupação com a qualidade da nossa cidade e a preocupação de como é que essa cidade se relaciona e potencia o desenvolvimento do concelho em que se insere e da região em que se insere e

para a qual pretende ter uma posição também de alguma influência. Portanto neste sentido eu gostava muito que ambas as propostas pudessem ser comentadas pelo Sr. Presidente da Câmara, eventualmente alguma abertura para as discutir e para aprofundar se assim o entender necessário."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, tinha pensado não falar, mas algumas intervenções que eu acho que não são respeitadas para com os membros desta Assembleia e para com esta Assembleia, levam-me aqui a dizer algumas palavras. Quero citar e elogiar a iniciativa da Assembleia Municipal de Aveiro que conduziu concerteza, conjuntamente com outras, o fórum intermunicipal, lamentar que tão poucas pessoas tenham aderido aquela iniciativa, elogiar a postura que eu bem ouvi nos assistentes, que foi bem aceite, admirada e respeitada, do Sr. Professor Rosa Pires que falou em nome da Assembleia Municipal de Aveiro, embora dizendo que o fazia a título individual, e verberar o comportamento de alguém que se diz educador, que se diz instruído e que se arroga o direito de dizer que já não tem nada a aprender com ninguém; isso é de uma falta de educação para com todos nós, porque suponho, sempre me ensinaram isto na minha modesta aldeia na casa dos meus pais, eu sempre ouvi os mais velhos dizerem, que todos teríamos sempre que aprender até ao fim da vida. É lamentável, toca as raias da falta de educação para com esta Assembleia e o respeito minimamente devido às pessoas que se empenharam, como foi o Sr. Presidente desta Assembleia, e o Sr. Professor Rosa Pires, na realização do fórum intermunicipal.

Já agora deixem-me citar a questão da falta da água, é verdade que a falta da água está a atingir o concelho todo e a Câmara concerteza que terá uma explicação; até nós em Oliveirinha, que temos a fama que temos lá uma série de furos, não há água, não sei o que é que se passa, gostaria também de ouvir.

Quanto à intervenção inicial do cidadão Sr. Afonso Candal, enquanto munícipe, eu tenho uma leitura, só o mediatismo que lhe pode vir desta Assembleia, é que pode ter levado o munícipe Sr. Afonso Candal a estar hoje aqui com a intervenção que nos trouxe, porque, se está tão preocupado com esse problema e concerteza que o estará, porque é que não esteve no fórum intermunicipal realizado no passado sábado? onde concerteza que a audiência era muito mais alargada."

Vogal Pedro Dias:

"A intervenção que acabámos de escutar, serviu-se de uma, desculpem, esperteza saloia, não citando o nome de quem tinha intervido para

não possibilitar o direito de resposta. Eu não comento a intervenção porque ela fica com quem a fez, quero só dizer o seguinte para justificar aquilo que disse: há não muito tempo, há dois meses Sr. Presidente, creio que no mesmo sítio do fórum intermunicipal, esteve presente alguém que veio ensinar os aveireneses sobre regionalização, e eu estive lá a aprender modestamente a aprender, esse alguém até se chamou Marcelo Rebelo de Sousa, tinha cerca de trezentas pessoas na sala, talvez isso diga que, quando a qualidade dos intervenientes existe, as pessoas vão para aprender; por muito boa vontade que as pessoas tenham, quando os intervenientes não transmitem grandes mais valias talvez a adesão seja aquela que o fórum intermunicipal teve. Isto não tem nada quanto ao esforço louvável de quem o fez, isto do meu ponto de vista justifica a adesão às iniciativas."

Vogal Armando Vieira:

"Concerteza que os Srs. sabem que eu há longos anos defendo uma classe de pessoas humildes que são os rurais, e há um Sr. chamado Pedro Dias, que neste momento ofendeu-me a mim, ofendeu o Sr. Rodrigues, ofendeu o Sr. Arede, ofendeu o Sr. Presidente da Junta de N^a Sr^a de Fátima, ofendeu todas as pessoas do concelho rural, mas nós já suspeitávamos disso há muito tempo, aliás não suspeitávamos, tínhamos a certeza que andávamos a ser enxovalhados, ofendidos, agora está ali a resposta: aquele Sr. despreza, ofende, avilta, as pessoas humildes do campo, como ainda agora o fez na minha pessoa, mas pela minha parte terá a resposta que ele entender, se o Sr. entende que eu sou saloio, eu dou-lhe uma resposta à saloio, que se calhar ele nunca teve na vida dele e vai ter no momento oportuno."

Presidente da Mesa da Assembleia:

"Terminada esta parte e antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, queria fazer uma referência a este fórum intermunicipal sobre regionalização. Devo dizer o seguinte, não tinha muito a ideia de fazer referência ao fórum, porque o fórum foi aberto a todos os membros da Assembleia e portanto tiveram oportunidade de estar presentes e saber como as coisas correram. Também através da Comunicação Social, têm sido dadas notícias e eu aproveito aqui para fazer uma referência elogiosa do meu ponto de vista, à Comunicação Social, porque as notícias que eu tenho visto referidas têm sido correctas e têm correspondido à finalidade e ao interesse que nós tivemos na realização deste fórum."

Quanto ao fórum propriamente, devo dizer que para mim, foi altamente positiva a realização deste encontro e positiva por dois motivos: por um

lado nós tivemos oportunidade, digamos assim, de quebrar o gelo, de estabelecer um contacto com os municípios do distrito e, só por isso, acho que já valeu a pena fazer o fórum.

Empenhei-me com gosto nesta tarefa para que tudo resultasse bem, e na realidade logo nos primeiros contactos telefónicos com os Presidentes das Assembleias Municipais, houve receptividade para a ideia que se estava a realizar. Nessa altura disse às pessoas que estavam mais ligadas à organização, nomeadamente aos Srs. representantes dos partidos políticos aqui presentes, disse-lhes que essa primeira receptividade poderia não corresponder a uma realidade porque era uma primeira abordagem; em todo caso tivemos oportunidade de ver depois através de duas reuniões em que podemos estar presentes com alguns Presidentes de Assembleias e depois na própria reunião, nós notámos que, sem haver uma presença permanente de todos, mas o resultado final foi positivo. As pessoas estiveram presentes, aderiram à ideia, compreenderam a ideia que nós tínhamos ao fazer este fórum e na realidade havia uma determinada intenção, essa intenção foi compreendida por muita gente e eu acho que nos devemos congratular com isso, não só através da presença dessas pessoas, da adesão que mostraram, até de uma certa vontade de que se fizessem mais coisas destas, lamentando que não tenha havido até agora oportunidade de fazer estes encontros, talvez isso também tenha contribuído para uma certa desmobilização das pessoas, porque não estão habituadas a haver um encontro em Aveiro a este nível e, de qualquer maneira as conclusões também não foram más. As intervenções não eram propriamente para esclarecer ninguém, isso foi dito logo de início, também foi dito que não era para tirar conclusões que fossem aprovadas ou rejeitadas, mas era principalmente para termos uma sensibilidade das pessoas em relação a esta matéria, e isso foi manifestado, isso foi de facto evidente e foi possível que cada um de nós tirasse algumas conclusões e a Comunicação Social também tirou conclusões que, do meu ponto de vista, foram altamente positivas, mesmo em relação à unidade do distrito, que unidade? há uma série de perguntas que foram apresentadas e que nos dão matéria para meditação. Entendo que é necessário reflectir sobre o distrito que temos, bem como quanto ao papel que Aveiro tem não só como sede do concelho, mas também como capital de um distrito que neste momento ainda o é. Em síntese, acho que foi positivo, acho que nos devemos congratular e acho também que nos devíamos motivar para continuarmos a fazer coisas deste género a nível de região; mas isso

depende da Assembleia, depende dos líderes de partido que estão neste momento presentes."

Seguidamente usou da palavra o Sr. Presidente da Câmara que, entre outros, prestou esclarecimentos relativos à questão da Transria e a toda a problemática relacionada com esta empresa de transportes, salientando que a Câmara está atenta a tudo aquilo que se passa. Referiu que a sociedade Transria, foi constituída por três parceiros como é do conhecimento dos Srs. membros da Assembleia: os Estaleiros S. Jacinto, a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal; esta sociedade foi constituída num momento de grande preocupação, na medida em que os Estaleiros não garantiam o transporte entre S. Jacinto/Aveiro e vice-versa. Então houve uma intervenção por parte da Câmara para assegurar essa travessia com a regularidade que se impunha, seja em termos das necessidades existentes em S. Jacinto, seja em termos das necessidades existentes de Aveiro, referindo que nessa altura foi a forma mais expedita que se encontrou para assegurar o transporte às populações. Todavia, em breve os Estaleiros S. Jacinto, pediram a sua desistência desta sociedade, tendo ficado apenas dois parceiros de carácter público: a Junta de Freguesia e a Câmara Municipal. Hoje em dia o parceiro que mais está envolvido nesta sociedade e que está a cumprir o que assumiu, é a Câmara Municipal. Por outro lado começa a afigurar-se à Câmara que esta sociedade não terá uma existência prática, a sociedade de facto existe mas não estará a ter um comportamneto porventura o mais correcto, ou seja, o mais consentâneo neste tipo de sociedades; essa preocupação também é da Câmara e, o alerta aqui lançado vem corresponder àquilo que vínhamos a pensar e àquilo que se vem discutindo em termos de municipalização do transporte para aquela freguesia, ou seja, extinguir-se a sociedade e a Câmara assumir o transporte para S. Jacinto. Tal não aconteceu ainda, porque a sociedade tem sete empregados com características próprias, com cartas de mestre de navegabilidade, etc., e o organigrama da Câmara Municipal de Aveiro, e pensa-se que de qualquer outra Câmara do país não contempla estas situações. Acrescentou que a Câmara está neste momento a proceder à revisão do seu organigrama e, nessa altura, esse pessoal terá que ser integrado nos Quadros da Câmara. Porém, enquanto não se resolve este problema, foi pedido um parecer à CCRC, para que este organismo esclareça do ponto de vista jurídico a situação actual e se existe ou não alguma situação que possa corresponder melhor aos desejos da Câmara de manter e assegurar o transporte para S. Jacinto.

Relativamente ao Tir/Tif, não há qualquer compromisso por parte da Câmara, nem a Câmara contribuiu, quer por palavras ou por documentos escritos, para a viabilização da empresa. O que de facto foi referido algumas vezes por representantes da Associação Comercial, foi a vontade de ocuparem uma parte daquela área, no sentido de se poder vir a instalar ali um Mercado Abastecedor, dada a dimensão de todo aquele espaço e ainda o facto das instalações estarem disponíveis, acrescentando que isso já tem sido falado; agora quanto ao facto de estar a ser ou não efectuado algum estudo, a Câmara não o pediu, no entanto, referiu que se esse estudo fôr presente, a Câmara apreciá-lo-á, e terá que se pronunciar sobre a sua viabilidade ou não. Referiu ainda que não existe qualquer compromisso nem a Câmara solicitou qualquer área, nem solicitou nada à Associação Comercial ou a qualquer outra entidade, com vista à utilização daquele espaço, até este momento.

Quanto ao projecto do Cojo, disse ter ficado surpreendido, com os problemas levantados de impasse com o arranque da obra. Admitiu que de facto esta obra tem tido algum impasse uma vez que o seu arranque estava anunciado para o mês de Maio do ano em curso e, a verdade é que isso não se verificou. No entanto pensa que algum deste atraso se deve ao facto de terem que ser consultadas várias entidades para darem parecer sobre este projecto e não a qualquer desistência por parte do investidor.

No que se refere à Capitania, disse não saber já o que dizer, sobre diligências que a Câmara tem feito no sentido de preservar o dito imóvel da ruína total, inclusivamente até com verbas a Câmara se comprometeu para ajudar a recuperar o edifício. Acrescentou que, o Ministério da Defesa que é o proprietário do edifício demorou a assumir as suas responsabilidades e, só agora que algumas individualidades a nível das artes e a nível das preocupações com a preservação do património se manifestaram, é que o Sr. Secretário de Estado, actual, deu uma entrevista, assumindo as obras de recuperação ou de reconstrução daquele edifício.

Quanto a uma eventual derrocada do edifício, disse que a Câmara está atenta a esse problema e já tomou medidas com vista a salvaguardar os cidadãos de algum acidente motivado pelo mau estado do referido imóvel.

Relativamente à Escola nº 2, disse que já há muitos anos o Plano de Actividades considera na parte que respeita à Educação, a substituição do edifício do adro por uma construção no logradouro da Escola da Rua da Granja, esta ideia tem sido sempre aceite, porque o edifício actual da Escola do Adro, não oferece no meu entender e penso que no de ninguém, condições para funcionamento de

Escola; esta situação é conhecida das entidades escolares, os próprios bombeiros tinham ali problemas com as crianças que andavam cá fora, quando tinham que sair a alta velocidade com as suas viaturas, etc.. Face a toda esta situação a Câmara tenciona construir um novo edifício com todas as condições no logradouro da Escola da Rua da Granja. Referiu também que o edifício da Escola do Adro, depois de desactivado será objecto de obras de conservação tendo em vista outro tipo de utilização, possivelmente até para a instalação de um Lar de Idosos.

No que se refere aos canais da Ria, informou que foi finalmente adjudicado à firma Consulmar-Projectistas e Consultores Lda, o estudo para a recuperação dos canais, bem como das comportas do canal das Pirâmides.

No que se refere à regionalização saudou a realização do fórum sobre esta matéria, o qual teve lugar no Centro de Congressos. Quanto à questão levantada pelo Vogal Filipe Brandão, disse que não se lembra de ter dito aquilo e acrescentou que já tem mais anos de vida vivida cá em Aveiro do que propriamente na região de Viseu, e que portanto pensa Aveiro e que não disse de certeza absoluta que a sede da região deveria ser em Viseu.

Relativamente à construção do Centro de Saúde da Mário Sacramento, informou que o mesmo vai ter dois acessos, nomeadamente para a Rua Aires Barbosa, e que a zona circundante deste Centro tem estacionamento ao ar livre e na cave do edifício.

Seguidamente usou da palavra o Vereador Vitor Silva para informar que a falta de água que se tem verificado ultimamente se deveu a uma avaria nas condutas, mas que neste momento já se procedeu à sua reparação, estando a situação normalizada.

Vogal António Salavessa:

"Sr. Presidente, eu não duvido da bondade das propostas e das ideias que a Câmara tenha a este respeito, nem sequer emiti qualquer juízo de valor em relação ao problema que surgiu na Comunicação Social. Houve na realidade uma reunião de pais que teve várias dezenas de participantes, que concluiu maioritariamente em determinado sentido, contrário àquele que a Câmara está a defender e a apresentar. Portanto coloco aqui as preocupações espelhadas na Comunicação Social e que me foram transmitidas de viva voz, por alguns dos pais das crianças que frequentam essa Escola. Se há bondade neste projecto, porque é que os pais não o percebem? é aqui que eu entendo que não há diálogo. Acho importante que a Câmara promova o diálogo para de uma forma definitiva acabar com as dúvidas que possam existir àcerca deste problema."

Vogal Raul Martins:

"É só para esclarecer finalmente, a posição do Sr. Presidente da Câmara relativamente à regionalização, passo a ler, Diário Regional: "estaria de acordo com uma região, Aveiro/Viseu e Guarda? resposta do Sr. Presidente, "é a proposta que eu preferiria e aqui já daria resposta ao problema da sede, a sede poderia ser em Viseu, até para ser mais racional, mais equidistante de cada um dos outros distritos."

Vogal Jorge Nascimento:

"Quem ouvir... eu também intervi sobre isto, é-me legítimo falar deste tema, quem ouvir esta solene dicção do Sr. Dr. Raul Martins, que empresta sempre a estes actos uma solenidade importante, haveria de pensar que estaríamos em face, não de uma declaração para uma escritura, proferida pelo Sr. Presidente, mas se calhar de um acto solene, quiçá de algum juramento de bem defender alguma localidade. O Sr. Presidente foi claro quando respondeu à interpelação que lhe foi feita pelo Sr. Dr. Neto Brandão, ao dizer que não se recorda de ter dito aquilo e insinuar que nunca diria aquilo, e então o Sr. Dr. Raul Martins recorda isso; o que dizem os jornais, com todo o apreço pelos jornais, todos nós bem sabemos que nem sempre é exacto, são às vezes desvios de interpretação. Agora o que nada me permite é duvidar do Sr. Presidente da Câmara, sobretudo, com todo o respeito pelo jornalista que escreveu isso, o que não permite é duvidar do Sr. Presidente da Câmara, como o Sr. Dr., com muito pesar o verifico que o faz, quando posta a posição dele em confronto com a de um jornal, quer dizer, nem tudo o que os jornais, e nós sabemos muito bem, nem tudo o que os jornais dizem é verdade, e daí que muitas vezes nós sejamos forçados a ver desmentidos nos jornais. O que eu quero é, no fundo, com esta minha intervenção, é digamos assim, depreciar e pôr no devido lugar, depreciar com respeito evidentemente e pôr no devido lugar a intervenção que acaba de ter o Sr. Dr. Raul Martins."

Seguiu-se uma breve troca de impressões sobre o assunto, tendo de seguida o Sr. Presidente da Mesa, dado o adiantado da hora, considerado encerrada a presente reunião.

Eram 00,30 horas e trinta minutos do dia 19.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que no que fôr omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.